

A transfiguração de João Cândido Felisberto em herói e sua relevância para a justiça racial e social em uma sociedade pós-abolicionista

The transfiguration of João Cândido Felisberto into a hero and its relevance for racial and social justice in a post-abolitionist society

Jeferson Luis Lima da Silva,¹ UFPI

Resumo

Este artigo analisa a transfiguração de João Cândido Felisberto em um herói e sua relevância para a justiça racial e social em uma sociedade pós-abolicionista. Através de uma abordagem metodológica bibliográfica, buscou-se compreender as motivações por trás dessa transformação e os elementos históricos, culturais e políticos que contribuíram para sua elevação à condição de herói. A literatura demonstra que a Revolta da Chibata destacou a necessidade de combater não apenas as formas explícitas de opressão, mas também as estruturas e instituições que perpetuavam a desigualdade racial. A figura do Almirante João Cândido e sua luta na Revolta da Chibata permanecem como um exemplo de resistência e uma lembrança da importância contínua de enfrentar o racismo e buscar a igualdade de direitos para todos em uma sociedade pós-abolicionista.

Palavras-chave: Revolta da Chibata; Pós-abolição; Experiências de escravidão.

Abstract

This article analyzes the transfiguration of João Cândido Felisberto into a hero and its relevance for racial and social justice in a post-abolitionist society. Through a bibliographic methodology approach, the study sought to understand the motivations behind this transformation and the historical, cultural, and political elements that contributed to his elevation to the status of hero. The literature demonstrates that the Revolt of the Whip highlighted the need to combat not only explicit forms of oppression but also the structures and institutions that perpetuated racial inequality. The figure of Admiral João Cândido and his struggle in the Revolt of the Whip remain as an example of resistance and a reminder of the ongoing importance of confronting racism and striving for equal rights for all in a post-abolitionist society.

Keywords: Revolt of the Whip; Post-abolition; Slavery experiences.

Notas introdutórias

Nós que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha brasileira ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem (FELISBERTO, 1968).²

¹ Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e em Direitos Humanos pela Faculdade Focus. Graduado em Sociologia (Unicesumar) e História (Uniasselvi). Professor na Educação Básica e Gestor Educacional no Ensino Superior. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3232174548401167>. Email: prof.jefersonlima@gmail.com

² João Cândido Felisberto - Depoimento dado ao Museu da Imagem e do Som em 1968, apud Morel (2008, p. 30).

A luta pela justiça racial e social é um tema de extrema relevância em nossa sociedade pós-abolicionista. Após a abolição da escravidão, diversas transformações sociais e políticas ocorreram, porém, persistem desafios significativos na conquista de uma sociedade igualitária. Nesse contexto, a figura do herói pode desempenhar um papel crucial na busca por uma justiça mais ampla e inclusiva.

O presente estudo analisa a transfiguração de João Cândido Felisberto em um herói, destacando a relevância desse processo para a justiça racial e social em uma sociedade pós-abolicionista. A transformação de João Cândido em herói é resultado de um reconhecimento coletivo de sua atuação como líder na Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, no Rio de Janeiro. Esse reconhecimento parte, em grande medida, da comunidade afro-brasileira e de movimentos sociais que veem em sua figura uma representação da resistência e luta contra a opressão racial.

A transfiguração de João Cândido em herói interessa aos grupos que buscam promover a igualdade racial e social, pois sua história se torna um símbolo de resistência e enfrentamento às estruturas injustas. Além disso, o reconhecimento de João Cândido como herói contribui para recontar a história do Brasil, dando destaque a figuras antes marginalizadas.

Diversos setores da sociedade tomam João Cândido como herói, especialmente aqueles comprometidos com a promoção da igualdade racial. Sua figura ressoa como exemplo de coragem e determinação, servindo de inspiração para as gerações atuais e futuras na busca por uma sociedade mais justa. Dessa forma, a transfiguração de João Cândido em herói representa um esforço coletivo de resgate e valorização da história afro-brasileira, destacando líderes que desafiaram a opressão e contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa.

A análise da transfiguração de João Cândido Felisberto em herói é de fundamental importância para compreendermos seu impacto na sociedade pós-abolicionista. Ao examinar sua trajetória, pretende-se investigar as motivações por trás dessa transfiguração e os elementos históricos, culturais e políticos que contribuíram para sua elevação à condição de herói. Ao compreendermos o processo de transformação e a reverência atribuída a João Cândido Felisberto, é possível apreciar sua influência duradoura na luta pela justiça racial e social.

A relevância deste estudo reside na compreensão mais aprofundada do papel dos heróis na busca pela justiça racial e social. Através da iniciativa de enfrentamento de João

Cândido Felisberto, buscamos extrair lições importantes sobre liderança, resistência e mobilização coletiva em prol de uma sociedade mais igualitária.

O presente estudo baseia-se em uma abordagem metodológica bibliográfica. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente e embasada sobre a transfiguração de João Cândido Felisberto em herói e sua influência na busca pela justiça racial e social em uma sociedade pós-abolicionista.

Em última análise, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o avanço do conhecimento acadêmico sobre a justiça racial e social, bem como para a valorização do legado de João Cândido Felisberto. Ao reconhecer a importância de sua trajetória e sua relevância contínua, poderemos inspirar e fortalecer as lutas por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos os seus membros.

O “Almirante Negro” e a Revolta da Chibata (1910)

Também conhecido como “Almirante Negro”, João Cândido Felisberto nasceu no Rio Grande do Sul em 1880, filho de pais que ainda eram escravizados. Desde cedo, João Cândido cresceu em um ambiente onde a escravidão fazia parte da vivência diária. Aos 15 anos, ele ingressou na Escola de Aprendizes Navais do Rio Grande do Sul, que era uma das duas principais formas de ingresso na Marinha, juntamente com o recrutamento compulsório (ALMEIDA, 2011).

De acordo com Moraes (2000), João Cândido serviu na Marinha por 15 anos, período durante o qual ocorreram transformações significativas na Marinha e na política e sociedade brasileiras em geral. Em 1889, os militares brasileiros, com o apoio de republicanos e abolicionistas, pacificamente derrubaram o Império de Dom Pedro II, encerrando o período imperial brasileiro (1822-1889) e o reinado da Casa de Bragança.

Lopes (2000) ressalta que a Primeira República, um regime oligárquico federalizado, lutou para redefinir a identidade nacional, enquanto enfrentava desafios internos. Uma de suas principais preocupações era como o Brasil, um país com uma história racialmente diversa em meio ao racismo científico do final do século XIX e início do século XX, poderia projetar uma imagem de modernidade e civilização para o mundo.

No início de 1900, o governo brasileiro determinou que a modernização militar³ seria uma maneira pela qual o Brasil se uniria aos países “civilizados” do mundo. O Brasil já

³ A modernização militar, segundo Malafaia (2015), refere-se ao processo de atualização e melhoria das capacidades militares da China. Isso envolve a revisão da evolução passada da segurança chinesa e o

possuía uma Marinha forte, que desempenhou um papel crucial na vitória brasileira na Guerra da Tríplice Aliança, e a Marinha também foi essencial para expandir a presença do Estado brasileiro na região amazônica.

A vitória do Japão sobre a Rússia na Guerra Russo-Japonesa, que se baseou em grande parte no poder naval, demonstrou o valor de uma marinha modernizada movida a vapor. Com o lançamento do navio *Dreadnought* no Reino Unido, o primeiro de sua classe com um poder de fogo avançado, o Brasil decidiu que a aquisição de navios de guerra da classe *Dreadnought* seria a forma de projetar seu status de “civilizado” e “moderno” para o mundo. Como resultado, o país prometeu adquirir três navios e, nesse processo, iniciou uma corrida armamentista com a Argentina e o Chile (MARTINS, 1988).

Em 1910, o Brasil possuía o Minas Gerais, que até então era o maior navio de guerra do mundo, superando até mesmo a Grã-Bretanha. Além disso, o Brasil encomendou o São Paulo como seu segundo navio de guerra, enquanto o contrato para um terceiro navio, o Rio de Janeiro, foi concluído. Além dos dois *Dreadnoughts*, o Brasil adquiriu vários cruzadores e modernizou navios de guerra mais antigos. Para demonstrar seu novo poderio, os navios partiram para Portugal em novembro de 1910, chegando a tempo de testemunhar a revolução republicana que encerrou o governo da Família Bragança em Portugal (ROLAND, 2000).

Apesar da modernização substancial do poderio naval do Brasil, o uso do poder dentro da Marinha permaneceu problemático. Oliveira e Siqueira (2013) relataram que, embora a Constituição Brasileira de 1891 proibisse a flagelação, uma brecha significava que a prática ainda era comum entre os marinheiros. Enquanto os oficiais brancos defendiam a prática, chegando ao ponto de permitir que os marinheiros demonstrassem sua força física, os marinheiros, em sua maioria afro-brasileiros, ficavam horrorizados com a continuidade desse tipo de tratamento.

Para entender este debate, se faz necessário mencionar que:

Entre as forças militares, a Marinha representava a mais elitista. Eram seus navios recepcionados nos países estrangeiros por diplomatas, governadores, chefes de Estado, oficiais militares, industriais etc. Seus oficiais haviam de falar francês e inglês, seguir as regras de um jantar comemorativo, participar de saraus, dançar em salões, ter vasta erudição. Era um verdadeiro problema para eles ter uma tripulação de marinheiros formada por negros quando visitavam outros países (NASCIMENTO, 2016, p. 13).

Portanto, ao analisar a força naval liderada por homens como João Cândido, cujas memórias da escravidão permaneciam frescas, evidencia-se a revolta diante do controle exercido sobre seus corpos por meio de chicotadas. Essa revolta era amplificada pela associação dessa prática com o passado escravista. Enquanto muitas nações do mundo ocidental já haviam proibido a flagelação de marinheiros, por meio de práticas reais ou em seus códigos legais, surpreendentemente, tal prática persistia na Marinha do Brasil.

Assim, a persistência de métodos arcaicos no tratamento de seus marinheiros sugere uma dissonância entre a proclamada modernidade e as práticas reais do país. Adicionalmente, quando observamos essas formas de poder, torna-se evidente que as práticas escravistas não se extinguíram com a abolição formal em 1888. A continuidade dessas práticas, como a flagelação na Marinha, lança luz sobre a persistência do regime escravagista, desafiando a narrativa de uma ruptura completa com o passado no Brasil pós-abolição.

Embora os oficiais não pudessem legalmente infligir mais de 25 chicotadas por dia aos marinheiros, o código disciplinar vigente na Marinha permitia um número maior, baseado na "prudência discricionária" dos oficiais.⁴ Como resultado, homens como Marcelino Rodrigues de Menezes foram condenados a receber 200-250 chicotadas em novembro de 1910 (PASSOS, 2008).

Apesar de ser uma nação grande e em desenvolvimento no início do século XX, e de ser líder entre os países latino-americanos como parte das potências do ABC (Argentina, Brasil e Chile), o Brasil ainda permanecia com divisões raciais profundas em sua cultura. Alonso (2015) descreve que enquanto muitas colônias francesas haviam abolido a escravidão com a Revolução de 1789, a Inglaterra a havia abolido por meio de um ato do Parlamento em 1833, e os Estados Unidos travaram uma guerra civil em 1861. Em parte, por causa desse assunto, o Brasil iniciou o processo gradual de fim da escravidão em 1871 com a aprovação da Lei do Ventre Livre, concedendo liberdade aos filhos de escravos recém-nascidos. Contudo, essa medida não foi suficiente para encerrar completamente as práticas escravagistas, pois o processo de abolição continuou ao longo das décadas seguintes.

Em 1885, foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, que libertava escravos com mais de 60 anos, e, finalmente, em 1888, a abolição da escravidão no Brasil, oficializada pela Lei Áurea em 1888, representou uma conquista legal, porém, na prática, as condições de desigualdade e discriminação persistiram. Apesar da legislação que proclamava a

⁴ Na primeira década do século XX, no Brasil, as práticas disciplinares e o racismo geravam conflitos. O código disciplinar naval permitia punições severas, como "25 chibatadas, no mínimo", frequentemente ultrapassadas. Após a República em 1898, a pena foi abolida, mas reintroduzida em 1899, sendo considerada aviltante, pois era executada diante de toda a tripulação no convés dos navios.

liberdade, a igualdade efetiva continuou sendo um desafio, como evidenciado em eventos subsequentes, como o episódio da Revolta da Vacina (1904). Isso ressalta a complexidade do processo de emancipação e a necessidade de abordagens mais amplas para a compreensão da história pós-abolição no Brasil.

Embora o Brasil tenha evitado grande parte da institucionalização da supremacia racial infame dos Estados Unidos, como o regime de Jim Crow, ainda existia uma divisão social significativa entre a elite e a população negra, alimentada pelas ideias "científicas" da época.

É importante ressaltar que, enquanto as minorias eram mantidas em uma posição inferior na sociedade em geral, o racismo mais evidente era sentido nas Forças Armadas. Em particular, a Marinha brasileira era conhecida por seus comandantes brancos que exerciam poder arbitrário sobre suas tripulações minoritárias (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000). A respeito disso, Almeida (2011, p. 61) relata:

Quanto à presença do racismo na Marinha, o vice-almirante refuta a tese de que a Armada brasileira seria uma instituição racista. Ao contrário, ele justifica que as dificuldades de ascensão dos negros teriam sobretudo uma explicação social; posiciona-se, dessa maneira, com relação a um importante debate brasileiro que opõe exclusão social e racial.

As condições de vida a bordo dos navios eram precárias, no entanto, a Marinha estava progredindo além de outras marinhas em nações comparáveis. Nos primeiros dias da República, o governo priorizou o Exército para lidar com problemas internos, deixando apenas um pequeno contingente de militares da Marinha e menos de 2.000 fuzileiros navais. Apesar de sua pequena presença, a Marinha mostrou-se instrumental quando o presidente Marechal Deodoro da Fonseca tentou dissolver o Congresso e manteve-se em confronto com o presidente Marechal Floriano Peixoto, que ocupou o cargo mesmo diante da necessidade legal de eleições nos próximos anos (1891-1894).

No início do século XX, surgiram apelos para o fortalecimento da Marinha e para o estabelecimento do Brasil como uma potência naval significativa. Nações como Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos entraram na corrida armamentista naval, e o Brasil rapidamente adquiriu muitos navios novos, incluindo os *Dreadnoughts* Minas Gerais e São Paulo, ambos encomendados em 1910 (MAESTRI FILHO, 2010).

De acordo com a dissertação de Sousa (2012), uma crise econômica atingiu o Brasil logo após a aquisição dos *Dreadnoughts*. Os tempos difíceis resultaram em condições ainda mais desafiadoras a bordo dos navios e em terra, com redução de alimentos e suprimentos

para economizar despesas, intensificando a disciplina, incluindo o uso de insultos raciais e punições corporais, particularmente o uso do chicote.

Considerar que essa degradação não decorreu exclusivamente de uma crise econômica, mas se acentuou devido à persistência das práticas escravistas no cotidiano. Na Figura 1, os vestígios da escravidão são perceptíveis (quase tangíveis) nas vestimentas, nos pés descalços e nos recipientes vazios. Isso agravou dois anos de organização e protestos contra o açoitamento, que envolviam chicotes de couro com bolas de metal, e levou os marinheiros a planejarem um motim.

A Figura 1 captura um momento histórico crucial durante a Revolta da Chibata, onde os marinheiros se destacam diante do encouraçado São Paulo, ancorado na Ilha Fiscal. Esta mesma ilha, que há 31 anos havia testemunhado o último baile da Monarquia, tornou-se palco de um episódio significativo na luta contra as práticas opressivas na Marinha. No primeiro plano da imagem, destaca-se a imponente figura de João Cândido Felisberto, líder proeminente nesse levante, adicionando um aspecto humano e simbólico à cena. A necessidade de documentar esse momento histórico é evidente, pois a imagem não apenas registra a revolta em si, mas também incorpora elementos emblemáticos que conectam o passado imperial ao presente de resistência.

Figura 1: Marujos organizados em motim onde clamavam por liberdade (1910).



Fonte: MOREL (2008).

De acordo com o relato de Martins (1988), nas últimas horas de 21 de novembro de 1910, os marinheiros iniciaram um motim, resultando na morte de oficiais e no sequestro de engenheiros britânicos. A expressão "liberdade" era incessantemente proferida pelo grupo, carregando consigo um significado que vai além do senso comum. Nesse contexto, a busca

pela "liberdade" refletia o anseio por autonomia, dignidade e igualdade, elementos fundamentais que os marujos almejavam ao desafiar as condições opressivas impostas pela hierarquia militar.

A revolta se espalhou para São Paulo, Deodoro e Bahia. Suas demandas começaram de forma simples, mas quando Cândido percebeu que o Exército estava se movendo para proteger a capital, Rio de Janeiro, e superando em número os defensores costeiros simpáticos à causa, ele decidiu que a única maneira de sobreviver era ampliar suas demandas.

Segundo Martins (1988, p. 2):

O povo que chegou a chorar de emoção patriótica ao ver entrar à barra o Minas Gerais - o maior encouraçado do mundo - acordou subitamente sabendo que aquele objeto do orgulho nacional estava com os canhões voltados para a cidade, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro.

Entretanto, a emoção patriótica logo se transformou em medo. Durante a Revolta da Chibata, houve um intenso pânico e alarme. A revolta, liderada pelo Almirante Negro João Cândido Felisberto, representava uma ameaça direta às estruturas de poder e às autoridades estabelecidas na época. Na figura 2, é retratado o momento de pânico devido aos tiros de canhões dos navios rebeldes.

Figura 2: Momento de pânico na população devido aos tiros de canhão dos navios rebeldes (1910).



Fonte: MOREL (2008).

O pânico causado pela Revolta da Chibata também levou a uma resposta repressiva por parte das autoridades. O governo brasileiro mobilizou forças militares para reprimir a revolta e restaurar a ordem. A repressão foi acompanhada de violência e detenções em massa, o que agravou ainda mais o clima de pânico e tensão na sociedade.

Apesar da evidente presença da violência, nota-se que a questão racial foi o elemento predominante que uniu a maioria dos oprimidos até este ponto. Contudo, é vital reconhecer a complexidade intrínseca e multifacetada da luta contra a opressão, ultrapassando limitações unidimensionais.

[...] aquela geração de marinheiros estava consciente do lugar que lhes reservaram, dos problemas cotidianos da Marinha, da empáfia da maior parte dos oficiais, da radicalização estabelecida pelas barreiras da cor. Eram tão capazes de comandar um navio, que Gilberto Amado, em sua coluna n.º O Paiz, de 27 de novembro de 1910, dizia que João Cândido era um “profissional” que “não precisou de cursos nas escolas, de viagens às capitais europeias e nos salões elegantes do mundo para manobrar com uma habilidade milagrosa” (NASCIMENTO, 2016, p. 17).

Os diversos desafios, para além da questão racial, contribuem para a intrincada trama dessa narrativa histórica. Nesse contexto, a análise da Revolta da Chibata deve ampliar-se, abrangendo outras dimensões sociais, econômicas e políticas que compuseram essa luta coletiva.

Mesmo sem estudo ou qualquer nível de instrução, Felisberto se destacou devido suas habilidades, em um lugar onde a maioria dos marinheiros, assim como o Exército e os trabalhadores manuais eram negros, muitos deles ex-escravos ou filhos, forçados a ficar no lugar por falta de outras opções.

João Cândido, um polímata que desafiou as normas da sua época, destacou-se não por cursos formais ou viagens internacionais, mas pelo seu notável autodidatismo. Sua inteligência, coragem e habilidades estratégicas o elevaram acima das limitações sociais. Sua liderança transcendeu as barreiras raciais, sendo um exemplo de resiliência e determinação. Além da Revolta da Chibata, sua contribuição para a história revela uma personalidade multifacetada, demonstrando a riqueza de habilidades que podem ser desenvolvidas para além das restrições sociais da época.

Conquistas, memórias e consequências

Em 26 de novembro de 1910, a revolta chegou ao fim quando o governo brasileiro aceitou as reivindicações dos marinheiros negros liderados pelo Almirante Negro João Cândido Felisberto. A figura 3 ilustra o momento em que Felisberto lê o decreto da anistia. Entre as principais demandas estavam o fim dos castigos físicos com uso da chibata e melhores condições de trabalho e vida para os marinheiros.

Figura 3: João Cândido lê o decreto da anistia, ao lado do marinheiro Antônio Ferreira de Andrade (1910).



Fonte: MOREL (2008).

Embora o governo tenha cedido às demandas de Cândido, temendo um possível bombardeio naval à cidade, posteriormente, revogou a anistia por meio de um decreto que resultou na expulsão de funcionários governamentais considerados "desestabilizadores da disciplina". Dois mil homens foram dispensados e centenas foram mortos ou presos, mantendo assim o poder político e hegemônico da elite. No entanto, o uso do chicote nunca mais ocorreu na Marinha do Brasil (SOUSA, 2012).

É importante destacar que:

A revolta dos marinheiros existe também na memória de indivíduos e grupos próximos aos principais atores ou que reivindicam uma afinidade com o movimento. Nesse sentido, a memória da revolta não se conserva somente em sua dimensão 'escrita', mas se faz também presente nas palavras dos diferentes atores sociais, confirmando a importância da memória coletiva na solidificação de lembranças pessoais (ALMEIDA, 2011, p. 73).

Enquanto os políticos debatiam sobre as decisões a serem tomadas para conter o movimento rebelde, alguns líderes militares expressavam uma admiração relutante pelo planejamento e coordenação da revolta dos marinheiros, bem como sua habilidade de manter sigilo. Maestri Filho (2010) destaca que, para evitar represálias, os navios, sob a liderança de João Cândido (que havia sido timoneiro e ocupado outros cargos durante seus 15 anos de serviço naval), saíam regularmente do porto à noite, impedindo que as autoridades militares interceptassem a comunicação.

Após um longo debate com oponentes argumentando que ceder às demandas dos marinheiros (que eram predominantemente negros) comprometeria a capacidade do Brasil de se governar, o governo do presidente Hermes Rodrigues da Fonseca - que era um militar e sobrinho de Deodoro da Fonseca, líder do golpe de 1889 - concordou, em 26 de novembro,

com a anistia e a consideração das demandas dos marinheiros. Pouco tempo depois, a Marinha retomou o controle dos navios (ROLAND, 2000).

No entanto, a anistia não foi capaz de resolver as tensões completamente. Martins (1988) relata que, apesar de concordar em considerar as demandas dos marinheiros, não houve aumento salarial imediato, e o uso do chicote não foi abolido imediatamente. A tensão entre oficiais e marinheiros continuou a existir, e o comando por parte dos oficiais era frágil, já que obedeciam apenas aos comandos aprovados por João Cândido. Nesse contexto, os marinheiros se dividiram: alguns, como João Cândido, acreditando nas "promessas" do governo para resolver seus problemas, permaneceram ao seu lado, enquanto outros defendiam ações mais radicais.

Apesar da promessa de anistia, o governo rapidamente adotou medidas repressivas contra os marinheiros revoltados, resultando em uma onda de prisões ilegais. Na primeira semana de dezembro de 1910, mais de 100 marinheiros foram presos, o que equivaleu a uma purga na já reduzida Marinha. Nesse contexto, os radicais planejaram uma nova revolta para o dia 9 de dezembro. No Forte da Ilha das Cobras, localizado na Baía de Guanabara, os fuzileiros navais se rebelaram e tomaram o controle do forte, mantendo-o por 17 horas antes que o governo retomasse o controle (LOPES, 2000). É importante ressaltar que essa segunda revolta não tinha demandas específicas e pegou de surpresa muitos líderes da primeira revolta, incluindo João Cândido.

De fato, durante o breve período da segunda revolta, João Cândido manifestou apoio ao governo. No entanto, o governo e as Forças Armadas implementaram rapidamente táticas repressivas, resultando na expulsão de 1000 marinheiros da Marinha e no aprisionamento de 600 marinheiros e fuzileiros navais. Entre os detidos estava João Cândido, que não participou da segunda revolta e continuou apoiando o governo durante a breve rebelião.

João Cândido enfrentou alguns dos eventos mais tensos durante a repressão. Ele e outros 28 homens foram presos na prisão de segurança máxima localizada no Forte da Ilha das Cobras (onde ocorreu a segunda revolta) na véspera de Natal. A cela da prisão não possuía água fresca e era extremamente quente. Além disso, os soldados usaram cal para limpar a cela. A água estagnada no chão da prisão evaporava, enquanto a cal das paredes se misturava ao ar que os prisioneiros respiravam. Quando a cela foi finalmente aberta, em 25 de dezembro, vinte e cinco dos vinte e nove prisioneiros haviam morrido por asfixia. João Cândido foi um dos quatro sobreviventes (PASSOS, 2008).

Vieira (2003) destaca que, enquanto as notícias sobre o escândalo na Ilha das Cobras surgiam lentamente, João Cândido permanecia como prisioneiro. Somente em junho de 1912,

quase dois anos após a Revolta do Chicote e depois de quase perder a vida na prisão, ele foi acusado de envolvimento na segunda revolta, apesar de ter apoiado o governo durante esse episódio e não ter participado da revolta.

Em dezembro de 1912, uma corte marcial, por unanimidade, considerou João Cândido inocente das acusações de envolvimento na segunda revolta. O ocorrido foi noticiado pelo “Gazeta de Notícias” (figura 4).

Figura 4: A Gazeta de Notícias destacou a saída de João Cândido da prisão (1912).



Fonte: MOREL (2008).

O pretenso perdão foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo a mobilização de movimentos sociais e a revisão da percepção pública sobre a Revolta. A crescente simpatia pela causa dos marinheiros negros, que lutaram por melhores condições de trabalho e contra a opressão, contribuiu para a revisão da punição imposta a João Cândido e aos demais envolvidos (CHEUICHE, 2010).

Portanto, a liberdade de Felisberto é um reconhecimento implícito de que suas demandas eram justas e de que a repressão violenta enfrentada pelos marinheiros negros durante a Revolta não era aceitável. Essa decisão também pode ter sido influenciada pela pressão internacional e pelo temor de que a revolta pudesse se espalhar para outras áreas e setores da sociedade.

A transfiguração do “Almirante Negro”: símbolo de heroísmo e resistência

Em vista do discutido até aqui, é evidente que a Revolta da Chibata foi eficaz, porém não foi capaz de resolver as questões de diferença e desigualdade racial durante a Primeira República, mesmo evidenciando os limites da "modernidade" perseguida pelo governo. Conforme argumentado por Vieira (2003), com o passar do tempo, João Cândido e a Revolta da Chibata adquiriram um significado simbólico e se tornaram uma fonte de inspiração e encorajamento para outros grupos.

Em março de 1964, quando marinheiros entraram em greve exigindo o direito de voto e de concorrer a cargos políticos, convidaram João Cândido para falar. No entanto, ele não compartilhava da exuberância dos jovens marinheiros, limitando-se a afirmar que não esperava testemunhar outra revolta e sugerindo que os marinheiros estavam destinados a uma tentação. Sua avaliação revelou-se notavelmente profética, pois apenas uma semana depois, os militares, chocados com a suposta insubordinação dos marinheiros e considerando do que pareciam ser os crescentes "ideais comunistas" do presidente João Goulart, lançaram um golpe que resultou em uma ditadura civil-militar de 21 anos (1964-1985). (PASSOS, 2008).

João Cândido Felisberto viveu o suficiente para testemunhar a fase mais repressiva do regime militar brasileiro. Após ser libertado, ele viveu na pobreza e sofreu discriminação, trabalhando em um porto com um salário muito baixo; foi na informalidade do mercado de pescaria que ele conseguiu sustentar sua família. A figura 5 apresenta Felisberto nesta atividade comerciante.

Figura 5: João Cândido carregando cestos de peixe em 1937.



Fonte: MOREL (2008).

Com a vida considerada até então normal e típica, Granato (2000) e Morel (2008) relatam que em 1930, próximo ao movimento que resultaria na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, João Cândido foi preso pela polícia sob a acusação de conspirar com membros da Aliança Liberal, mas logo foi solto. Essa imputação carecia de fundamentos, sendo produto da imaginação de um delegado. Contudo, o experiente marinheiro percebeu que estava fortemente estigmatizado, e qualquer motivo seria utilizado para perturbá-lo, mesmo duas décadas após a Revolta da Chibata. que Felisberto. Em 1933, ele se juntou ao movimento integralista. Em 1938, uma revolta integralista foi facilmente reprimida pelas forças militares brasileiras, resultando em menos de vinte mortes, e o grupo foi dissolvido em função dos autoritarismos do Estado Novo.

Com o Brasil em guerra contra as potências fascistas do Eixo a partir de 1942, o integralismo se tornou um movimento pequeno e impotente. A derrota da Alemanha em 1945 reduziu o integralismo a uma insignificante.

João Cândido Felisberto afirmou em 1968 que se orgulhava de ser integralista. Segundo Morel (2008), esse orgulho se originou em diversos motivos. Em seus encontros com Plínio Salgado, líder máximo da Ação Integralista Brasileira, ele adotou ativamente os símbolos do grupo, como o uso da camisa verde e a saudação "Anauê" com o braço erguido. Essa escolha estava alinhada com aspectos de sua vida, refletindo sua formação militar tradicional e militarista, que valorizava uma autoridade forte. Além disso, a presença

significativa de membros da Marinha dentro desse movimento, incluindo oficiais, marujos, soldados e operários, também contribuiu para a adesão de João Cândido ao integralismo.

Depois de viver no ostracismo na cidade de São João de Meriti, no Brasil, e ser perseguido pela Marinha do Brasil, ele faleceu em 1969, aos 89 anos de idade, no Rio de Janeiro, vítima de câncer.

Em se tratando da representação da figura de Felisberto:

Nas décadas de 1990 e 2000 surgem novas manifestações culturais em torno da figura de João Cândido. Aparecem também outras publicações e uma nova memória escrita, motivada pela pesquisa em ciências humanas. Além disso, João Cândido e a revolta da chibata retornam à cena em peças de teatro e filmes. Ele recebe também novas homenagens em espaços físicos: seu nome batiza escolas, ruas e monumentos (ALMEIDA, 2011, p. 77).

A presença de João Cândido Felisberto em produções artísticas, culturais e políticas nas décadas subsequentes, apesar de sua afiliação integralista, pode ser atribuída a diversas necessidades e fatores. Primeiramente, sua participação ativa na Revolta da Chibata, uma luta por direitos e igualdade, o transformou em um ícone de resistência e representatividade, sendo reconhecido como um líder que confrontou a injustiça e a opressão.

Além disso, sua associação ao integralismo pode ter sido vista por alguns como uma escolha complexa e multifacetada, não apenas uma adesão ideológica rígida. Essa complexidade pode ter despertado interesse e curiosidade, levando à sua representação em diferentes meios, como forma de compreender a diversidade de perspectivas e experiências na história do Brasil.

A narrativa de João Cândido também se encaixa em um contexto mais amplo de reavaliação histórica e reconhecimento de figuras que foram marginalizadas ou incompreendidas em seu tempo. Sua trajetória pode ter sido reinterpretada à luz de novos entendimentos sociais e políticos, contribuindo para uma reabilitação de sua imagem.

A revolta foi posteriormente citada pelos organizadores do movimento trabalhista como um 'exemplo heroico da luta operária'. Essa interpretação simbólica da Revolta da Chibata destaca-se pela condição singular que João Cândido Felisberto assumiu no imaginário da luta operária. Sua liderança na revolta, marcada por uma postura desafiadora contra a opressão, contribuiu para a criação de uma memória heroica em torno de sua figura.

A razão para essa construção simbólica pode ser encontrada na notável resistência de João Cândido em um contexto de intensa exploração e desigualdade. Sua postura corajosa durante a Revolta da Chibata tornou-se um símbolo de luta contra a injustiça social e a opressão militar, ressoando com os ideais da luta operária por direitos e igualdade.

Além disso, a memória heroica de João Cândido foi utilizada politicamente ao longo do tempo. Sua figura tornou-se um recurso para mobilizações e discursos que buscavam inspirar a luta por direitos trabalhistas e sociais. A revisitação desse passado serviu como um lembrete das batalhas travadas por aqueles que resistiram às condições adversas, e sua representação como herói operário contribuiu para fortalecer narrativas de resistência e solidariedade.

A vida de João Cândido também foi retratada no filme “Memórias da Chibata” (2006), que reconstruiu sua luta contra a escravidão com atores, e no documentário “Cem Anos Sem Chibata” (2010), uma coprodução com a EBC. Ambas as produções foram escritas e dirigidas por Marcos Manhães Marins (DOMINGUES, 2011).

Inspirado pela leitura do livro “Revolta Chibata” de Marcos Morel (1974), os compositores João Bosco e Aldir Blanc compuseram a música “O Almirante Negro”, em homenagem a João Cândido, o “O Mestre-Sala dos Mares”, assim considerado. Segue um trecho dessa obra musical:

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo *marinheiro*
A quem a história não esqueceu
Conhecido como *almirante* negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens palocas e por batalhões de mulatas
Rubras cascatas Jorravam das costas dos *negros*
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do *marinheiro* gritava, então:
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias,
Que através da nossa História
Não esquecemos jamais
Salve o *almirante* negro [...] (BLANC, 1999, p. 23, grifo do autor).

Naquele ano, o departamento de censura do governo civil-militar estava ativamente monitorando todas as gravadoras. Qualquer letra de música considerada ofensiva ao regime autoritário e que poderia perturbar a ordem nacional estava sujeita a ser censurada. Nesse contexto, artistas, músicos e compositores, muitas vezes acompanhados por advogados contratados pelas gravadoras, eram convocados para se apresentar pessoalmente e serem interrogados.

O governo militar censurou a música “O Almirante Negro” devido ao seu teor antimilitarista. O título foi alterado para “O Mestre-Sala dos Mares” e a letra precisou ser reescrita. Palavras como “vermelho” e “sangue” foram vistas como referências ao comunismo e, portanto, também foram substituídas (NASCIMENTO, 2019).

Corroborando, Cunha (2011, p. 8) relata:

O problema todo residia nas palavras marinheiro, almirante, negro, que traziam a memória à historicidade já esquecida, de um oficial da Marinha do Brasil, negro, que no 22º ano de vigência da abolição liderou uma revolta que contava com mais de 700 homens negros e mulatos com o intuito de abolir, além dos açoites, a má alimentação, os trabalhos forçados, que se configuravam como reflexo do sistema escravista no Brasil.

Após a anistia póstuma concedida através do Projeto de Lei 7198/02, em 2003, João Cândido passou a ser reconhecido pelos movimentos sociais, manifestações culturais e autoridades regionais como um herói popular, transformando-se em um herói nacional reconhecido pelo Governo Federal. Ele também foi homenageado em espaços físicos, com escolas, estradas e monumentos que receberam o seu nome (ALMEIDA, 2011).

Além disso, movimentos sociais como a UMNA (Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia) e o Modac (Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania) reivindicaram a anistia definitiva e a reintegração à Marinha para os marinheiros expulsos, muitos dos quais sofreram prisões e perseguições durante a ditadura civil-militar. Essas demandas têm sido atendidas nos governos mais recentes (MARTINS, 2010).

A luta por igualdade racial ganhou força nos anos 2000, impulsionando mudanças legislativas e programas ativistas. A criação do Programa Diversidade na Universidade pelo Governo Federal, por meio da Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, legitimou cotas raciais e sociais para o ingresso na universidade pública. Além disso, a Lei 10.639, adotada em 2003, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas do país (DOMINGUES, 2011).

Portanto, a Revolta da Chibata ressaltou a necessidade de combater tanto as formas explícitas de opressão quanto as estruturas e instituições que perpetuavam a desigualdade racial. O movimento dos marinheiros negros e mulatos demonstrou a importância da resistência coletiva e da liderança na busca por justiça e igualdade (ALBUQUERQUE *et al.*, 2015).

Nesse contexto, surgiram diversos movimentos e líderes que buscavam promover a justiça racial e social no Brasil no período pós-abolicionista. Essas lutas incluíram a busca por direitos civis, a criação de associações e organizações afro-brasileiras, além da promoção de

iniciativas educacionais e culturais que valorizassem a contribuição da população negra para a constituição da sociedade brasileira.

É notório então que a vida de João Cândido Felisberto oferece muitas informações sobre a natureza transitória de raça, sociedade, política e vida durante a Primeira República do Brasil (1889-1930). Além disso, mesmo após sua morte, seu *status* como símbolo de resistência à repressão e defesa dos afro-brasileiros e da classe trabalhadora cresceu.

O presente estudo revela que a transfiguração do Almirante Negro em herói teve um papel significativo na construção da memória coletiva e na reconfiguração da identidade nacional brasileira. Essa transformação não apenas honrou a luta dos marinheiros negros contra a opressão, mas também promoveu um questionamento crítico sobre a história oficial e abriu espaço para uma narrativa mais inclusiva.

É essencial que essa revisão de figuras históricas continue, a fim de reconhecer outras vozes e perspectivas negligenciadas ao longo do tempo. Ao abordar a construção do herói na narrativa da Revolta da Chibata, é imprescindível questionar não apenas quem foi elevado à condição de herói, mas também quem foi silenciado e marginalizado nesse processo.

Porém, nessa fabricação do herói, surge um imperativo questionamento: como explicar as outras figuras históricas da Revolta da Chibata que foram deliberadamente silenciadas, tornadas invisíveis e desprovidas de importância? A história, muitas vezes, é seletiva em suas escolhas, e a revisão crítica dessas lacunas é uma responsabilidade histórica e social.

Ao reconhece a complexidade e diversidade das experiências na Revolta da Chibata, não se pode negligenciar o fato de que a memória histórica pode ser seletiva, privilegiando algumas narrativas em detrimento de outras. Portanto, em conclusão desta reflexão, ressalta-se a importância não apenas de visitar e reexaminar figuras históricas reconhecidas, mas também de resgatar e dar voz àquelas cujas contribuições foram apagadas pela narrativa dominante. Essa busca por uma narrativa mais abrangente e justa é crucial para a compreensão completa da Revolta da Chibata e de outros eventos históricos, promovendo um diálogo mais inclusivo e uma apreciação mais precisa do passado.

É importante reconhecer que a transfiguração do Almirante Negro em herói não resolveu todos os problemas relacionados ao racismo e à desigualdade no Brasil. Essa transformação representa um passo importante, mas ainda há desafios a serem enfrentados para alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Pesquisas futuras podem explorar mais a fundo essas questões e seus desdobramentos nas lutas antirracistas e na construção da identidade nacional brasileira.

Considerações finais

Em vista do exposto sobre o processo de transfiguração de João Cândido Felisberto em herói e sua relevância para a justiça racial e social, torna-se evidente a importância de compreendermos o legado deixado por esse líder corajoso. As reflexões produzidas ao longo desta pesquisa proporcionam uma discussão significativa sobre a Revolta da Chibata e suas ramificações para a sociedade brasileira.

A análise do contexto histórico e social da Revolta da Chibata revelou as desigualdades, os abusos e as tensões raciais que permeavam as Forças Armadas brasileiras na época. Esses aspectos forneceram o terreno fértil para a liderança de João Cândido Felisberto e sua busca por justiça racial e social.

A trajetória de Felisberto, desde sua infância até seu envolvimento na Revolta, revelou sua resiliência e determinação na defesa dos direitos dos marinheiros. Sua liderança foi fundamental para mobilizar os marinheiros e desafiar o *status quo*, transformando-o em um símbolo de resistência e coragem.

As representações artísticas e culturais de João Cândido Felisberto desempenharam um papel significativo na construção da memória coletiva da Revolta da Chibata. A preservação da memória coletiva da Revolta da Chibata e de Felisberto é crucial para manter viva a importância desse evento histórico. Ao reconhecer o legado deixado por Felisberto, é possível aprender com as lições do passado e promover uma sociedade mais igualitária e justa.

Este estudo também estimula a reflexão sobre as implicações contemporâneas da Revolta da Chibata e de João Cândido Felisberto. A luta por justiça racial e social ainda é uma realidade presente em nossa sociedade, e a transfiguração de Felisberto em um herói inspira a continuar enfrentando esses desafios. Deve-se buscar soluções para a discriminação, a desigualdade e o racismo, levando adiante o legado de luta e resistência deixado por Felisberto.

Por fim, é fundamental que as discussões e os estudos sobre a Revolta da Chibata e a figura de João Cândido Felisberto sejam ampliados e perpetuados em uma sociedade pós-abolicionista. Através do engajamento com a história e da conscientização sobre as injustiças do passado, é possível trabalhar em conjunto para construir um futuro mais igualitário e para promover a justiça racial e social.

Que este estudo seja um ponto de partida para novas pesquisas, diálogos e ações em busca de uma sociedade mais inclusiva, na qual todos possam desfrutar dos mesmos direitos e

oportunidades, independentemente de sua raça ou pertencimento social. A luta continua, e cabe a nós, como sociedade, enfrentar os desafios e construir um futuro mais justo para todos.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra et al. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. Selo Negro, 2015.
- ALMEIDA, Silvia Capanema P de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, p. 61-84, 2011.
- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. Editora Companhia das Letras, 2015.
- BLANC, A. O mestre-sala dos mares. In: **Museu da Imagem e do Som (Org.). João Cândido: o Almirante Negro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.
- CHEUICHE, Alcy. **João Candido, o almirante negro**. L&PM Editores, 2010.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. O Mestre Sala emerge nos mares e pede passagem. **Revista ADUSP**, p. 57-65, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 06, 2011.
- GRANATO, Fernando. **O Negro da chibata**. Editora Objetiva, 2000.
- LOPES, Moacir Costa. **O almirante negro: revolta da chibata: a vingança**. Quartet, 2000.
- MAESTRI FILHO, Mário José. A Revolta da Chibata faz cem anos. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 345-357, 2010.
- MALAFAIA, Thiago. Modernização Militar na RPC: Mudança Doutrinária e Implementação Prática. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 130, 2015.
- MARTINS, Hélio Leoncio. A criação de um mito. **Antíteses**, v. 3, n. Especial, p. 52-63, 2010.
- MARTINS, Hélio Leôncio. A revolta dos marinheiros, 1910. **Brasiliana**, 1988.
- MORAES, Paulo Ricardo de. **João Cândido**. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
- MOREL, Marco. **João Cândido e a luta pelos direitos humanos**. Livro fotobiográfico. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008. v. 1.
- NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. **Tirando a Máscara—ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. João Cândido, o Mestre Sala dos Mares: Trabalho e cotidiano na vida marítima dos marinheiros da belle époque. **Almanack**, n. 21, p. 358-403, 2019.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. A Revolta da Chibata entre cascatas, estátuas e navios. **Revista Insight inteligência. abril-maio-junho**, 2013.

PASSOS, Eridan. **João Cândido: o herói da ralé**. Editora Expressão Popular, 2008.

ROLAND, Maria Inês. **A revolta da Chibata**: (Rio de Janeiro, 1910). Saraiva, 2000.

SOUSA, Cláudio Barbosa de. **Marinheiros em luta**: a Revolta da Chibata e suas representações. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VIEIRA, César. **João Cândido do Brasil**: a revolta da chibata. Editora Casa Amarela, 2003.